



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 164

**A RELAÇÃO ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA
AGRÍCOLA AMAZÔNICA: O CASO DA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA**

Aquiles Simões

Belém, Julho de 2002

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Alex Bolonha Fiúza de Mello

Vice-reitor

Marlene Rodrigues Freitas

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Luis Eduardo Aragon Vaca

Diretor Adjunto

Marília Emmi

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Maurilio Monteiro

Luis Aragon

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 164

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

A RELAÇÃO ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR NA FRONTEIRA AGRÍCOLA AMAZÔNICA: O CASO DA REGIÃO TRANSAMAZÔNICA

*Aquiles Simões**

Resumo:

O texto em questão é um esforço de reflexão a respeito do desenvolvimento das relações Estado e agricultura familiar no bojo dos processos e das políticas ligadas ao projeto de colonização oficial dirigida na região da rodovia Transamazônica. A partir da reconstrução histórica nos diversos planos – o da ocupação humana, da produção agropecuária e da intervenção estatal – identifica-se cinco fases distintas, são elas: a fixação da agricultura familiar na frente de expansão; a crise do modelo oficial; o “boom” econômico; a “explosão” da atividade pecuária e o refluxo da expansão ou inversão da corrente migratória. As reflexões, ainda que preliminares, apontam para o processo de diferenciação social dos agricultores, decorrente da política de colonização na qual se reproduziram relações tradicionais de dominação. Em síntese, destaca-se a importância de se levar em conta, em qualquer intervenção de desenvolvimento, o processo no qual os agricultores e os outros agentes locais foram socializados, o que remete à compreensão da dinâmica histórica dessa região.

Palavras chave: Estado. Agricultura familiar. Colonização. Transamazônica.

Abstract:

This text is a reflection on the development of state and smallholder farming relations within the flux of processes and policies related to the official colonisation plan undertaken in the region of the Transamazonian Highway. Based on a historical reconstruction at the levels of – human occupation, agricultural production and state intervention, five distinct phases were identified. These phases include, establishment of smallholder farming at the expansion front; the crises of the official model; economic boom; expansion of livestock activities and a reduction in the expansion, or reversal of the migratory tide. These reflections, although still preliminary, reveal a process of social differentiation among farmers resulting from a colonisation policy that reproduces traditional relationships of dominance. In synthesis it highlights the importance, in whatever development intervention, of taking into account the process within which farmers and other local agents were socialized, thereby enabling an understanding of the historical dynamics of the region.

Keywords: The state. Smallholder farming. Colonization. Transamazonian.

*Docente-pesquisador do Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Centro Agropecuário, Universidade Federal do Pará – NEAF/CA/UFPa.

1. Introdução

A construção da Transamazônica (BR 230), cujo principal aparelho do Estado responsável pela implementação foi o INCRA através dos PIC's (Projetos Integrados de Colonização) previa, ao longo desta rodovia, o assentamento de 100.000 famílias. Este evento se traduziu por um rápido impacto sócio-econômico na região, pois levas de migrantes oriundos de todas as regiões do país ali se estabeleceram, dando origem a uma agricultura familiar diversificada, e constituindo os principais núcleos e povoados em vários trechos da estrada, que mais tarde evoluíram para a condição de município.

A diversidade dos seus recursos naturais, os solos em particular, combinada com o apoio estatal através das políticas de crédito vigentes nos anos 70 e 80 possibilitaram a diversificação da atividade agrícola na base do cultivo das lavouras anuais (até o fim dos anos 70) e lavouras perenes como o café, cacau e pimenta, que foram responsáveis pelo maior impulso, do ponto de vista econômico, no desenvolvimento da região nos anos 80.

Após essa fase de aquecimento na economia, que proporcionou a expansão desenfreada das vicinais decorrente do avanço da ocupação humana, a região da Transamazônica passou a vivenciar uma tríplice crise dos sistemas agrários: a crise econômica devido à queda dos preços dos produtos agrícolas associados à dificuldade de se encontrar alternativas econômicas; a crise política devido ao desinteresse do poder público em relação ao desenvolvimento da região, e; a crise agroecológica devido à redução nos rendimentos das culturas como consequência da perda da fertilidade dos solos e aumento dos problemas fitossanitários, em particular a vassoura-de-bruxa no cacau e fusariose na pimenta-do-reino (LAET 1993).

A busca de alternativas para o desenvolvimento sustentável, que passa pela estabilização da agricultura familiar, tem sido baseada na compreensão da complexidade social, política e econômica, determinante no dinamismo regional. Significa, notadamente, levar em conta os aspectos históricos que marcaram a evolução da região e o processo de socialização dos agricultores a partir da relação Estado e agricultura familiar, e, considerar a diversidade atual dos agricultores bem como suas estratégias de reprodução antes da proposição de qualquer intervenção. Este trabalho objetiva recolocar algumas dessas questões.

O estudo compreende o trecho conhecido como “lado oeste” da Transamazônica e envolveu os municípios de Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará (ver mapa da região). A pesquisa foi realizada no âmbito do PAET (Programa Agroecológico da Transamazônica) baseada numa parceria entre a equipe de pesquisa - o LAET (Laboratório Agroecológico da Transamazônica) e as organizações dos agricultores congregadas no MPST (Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica). As reflexões apresentadas são resultantes da combinação entre os dados primários

das pesquisas de campo com os dados secundários associados às informações qualitativas obtidas no contato direto com os agricultores.

2. A perspectiva histórica e a relação Estado e agricultura familiar

2.1. Evolução da região: no plano da ocupação humana, da produção agropecuária e da intervenção estatal.

O processo de ocupação humana segue fases distintas como veremos a seguir: a) o período de fixação das famílias migrantes entre 70 a 80; b) a crise do modelo de intervenção estatal que culminou numa recessão entre os anos de 81 a 84; c) o período áureo de desenvolvimento econômico intensificando o fluxo migratório a partir de 85; d) a decadência econômica a partir do final dos anos 80 e a expansão da pecuária que se confunde com uma fase de refluxo da migração, no início dos anos 90, numa dinâmica denominada de “chacarização”. Esses processos serão descritos com base nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), formalizados em Simões et al. (1996), e nas pesquisas desenvolvidas ao longo de quatro anos pelo LAET (Laboratório Agroecológico da Transamazônica) sobre a microrregião de Altamira.

a) A fixação da agricultura familiar na frente de expansão: o Estado apóia

Com a chegada da rodovia Transamazônica, concomitante com a população migrante em 72 - momento em que ocorreu a 1ª colonização -, a região muda de cenário. As transformações na paisagem natural foram abruptas, mudou-se a configuração do campo e, mais tarde, os processos técnicos. A base da economia era os produtos provenientes dos cultivos de ciclo curto, principalmente o arroz.

As observações empíricas permitem inferir que cada família desmatava em média 05 ha na fase inicial de estabelecimento, para instalação das culturas anuais, dentre as quais o arroz mereceu lugar de destaque como principal cultura introduzida, não apenas por se configurar como cultura de desbravamento, mas, por ser a alternativa de renda e sustentação dos colonos vindos de diversas regiões do País (Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste).

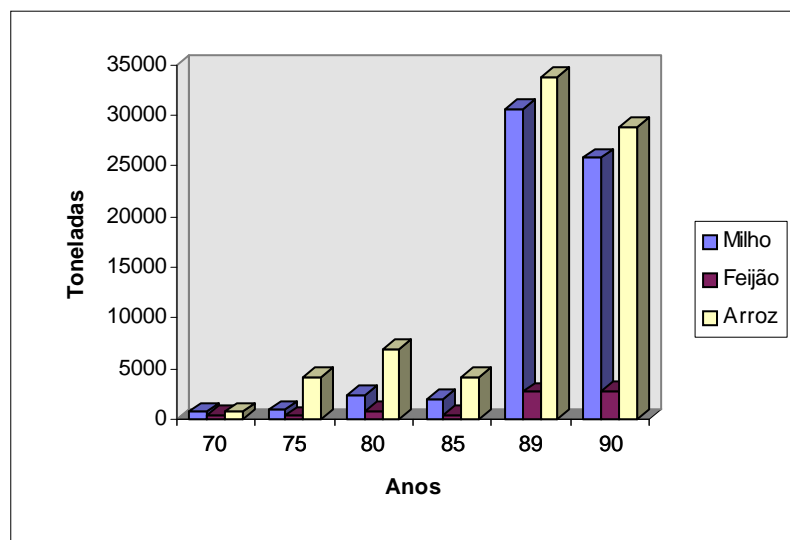
Na época a CIBRAZEM construiu vários armazéns ao longo da rodovia, os quais ficavam superlotados. A região então era apontada pelos técnicos e políticos regionais como a maior produtora de arroz em todo norte do Brasil.

A produção de arroz foi bastante impulsionada pelo incremento populacional entre os anos de 70 a 75, com tendência crescente até 1980. Em 1985 a produção de arroz continua a aumentar, porém numa taxa menor que a do aumento da população. Isto pôde ser verificado no fato que a produção per capita rural caiu de 0,35t para 0,12t (Anexo 1). Comparando-se as figuras 01 e 02 temos o comportamento das produções das culturas anuais de arroz, milho e feijão em relação aos incrementos populacionais no urbano e no rural.

O novo incremento ocorrido na produção de arroz a partir de 1985 em diante até os dias atuais é explicado pelo processo de expansão da ocupação humana, ligada a fatores econômicos importantes, pois no plano da economia regional as lavouras perenes e a pecuária entraram no cenário.

O período de estabelecimento dos agricultores no trecho do km 135 ao 235 (atual município de Uruará - lado oeste de Altamira) na década de 70 se difere em vários aspectos do projeto de colonização oficial na Transamazônica, não obstante os núcleos de colonização naquele município serem totalmente dependentes da estrada e do seu estado de conservação, sendo que a cidade de Uruará situa-se atualmente no lugar onde o INCRA planejara a instalação de uma agrovila do PIC Altamira. A colonização de fato se realizou em muitos dos seus aspectos infra-estruturais (agrovilas, postos de saúde, escolas...) apenas no trecho do km 20 ao km 120 (oeste de Altamira) que constituía a primeira fase da implantação do projeto¹.

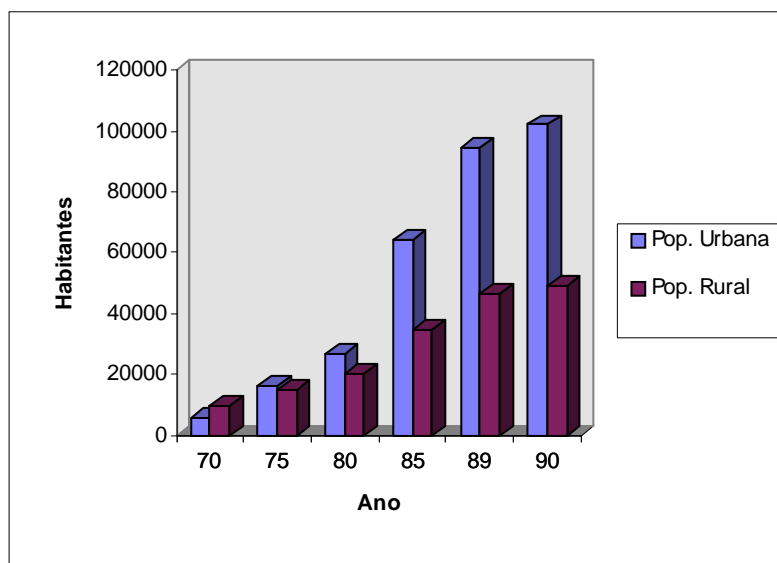
Fig. 01 - Evolução da produção das culturas anuais na microrregião de Altamira



Fonte: adaptado de IBGE apud Simões et al. (1996)

Fig. 02 - População urbana rural da microrregião de Altamira

¹ Entre o km 120 e 135 do PIC Altamira a área ficou destinada à reserva indígena Araras.



Fonte: adaptado de IBGE apud Simões et al. (1996)

Devido a reorientação das políticas de colonização a partir de 1974 (Ianni 1979; Homma 1993), bem como as dificuldades surgidas na primeira fase da colonização, o programa atrasou e foi a iniciativa individual dos próprios colonos que dominou o processo de ocupação da área sob controle do INCRA, muitos migrantes cansados da morosidade do INCRA na seleção e atribuição dos lotes demarcaram suas próprias terras respeitando o padrão delineado (lotes retangulares de 100 ha). Em 1978 o INCRA inicia a distribuição dos lotes e a urbanização da cidade sendo que a partir deste momento outros núcleos espontâneos foram pouco a pouco se formando ao longo da estrada (km 140, km 150, km 190, km 201 e km 224) (Lèna e Silveira 1993). Em resumo, toda a região conhecida como Uruará foi resultante de um processo de “colonização espontânea” em oposição à colonização dirigida, pois o INCRA teve que se contentar em apenas demarcar e distribuir as terras² ou regularizar os ocupantes sem títulos que haviam se antecipado, escapando aos “olhos do INCRA” (Hamelin 1991).

No quadro da produção agropecuária foi o cultivo de arroz que assumiu, até meados dos anos 70, a maior parte do leque de investimentos, constituindo-se portanto na principal atividade econômica da região. Uma das explicações deste fenômeno é que para os colonos sem títulos de propriedade, grande maioria absoluta, a concessão de financiamentos só contemplava a produção de arroz (ibid), não lhes restando outra alternativa. Assim, os sistemas de produção eram baseados na cultura do arroz associada a implantação de pastagens (de maneira ainda incipiente), introdução de cultivos perenes como pimenta, cacau e café (a partir de meados de 70) e eventual aquisição de gado. Os financiamentos à cultura do arroz eram via Banco do Brasil através do PROTERRA, a EMATER era responsável pela assistência técnica e a EMBRAPA pelas atividades de pesquisa, inclusive uma das

² No caso dos colonos chegados entre os anos de 72 a 74.

variedades mais conhecidas de arroz na região - a Xingu - foi produzida e difundida por esta última instituição durante os anos 70.

Em meados da década de 70, por volta de 76, se instala o plano da lavoura cacauceira e por volta de 78 o cultivo da pimenta-do-reino, introduzido desde 1972, surge como forte alternativa econômica, também surgindo o cultivo do café. Assim o panorama mudou consideravelmente, pois no plano da economia, os cultivos de ciclo curto, a partir do final dos anos 70 passaram a ter o caráter secundário.

Notadamente, os novos investimentos fornecidos às culturas perenes, apoiados efetivamente no quadro institucional, pois o Governo aparelhou seus organismos atribuindo-lhes funções específicas³, foram um fator estimulante ao crescimento populacional. A população urbana que em 1975 era de 16.323 habitantes perfazia em 1980 um total de 26911 habitantes, enquanto que a população rural passou de 14.755 para 19.898 habitantes. Ou seja houve um incremento populacional da ordem de 65% e 35% na população urbana e rural, respectivamente, num período de cinco anos na microrregião de Altamira.

A velocidade de crescimento da população urbana para um período de dez anos foi praticamente o dobro em relação a população rural. A população urbana atingiu 64.535 habitantes em 1985, aumentando em 140%, contra 34.606 habitantes no rural, o que representou um aumento de 74%. Porém em termos de população ativa o rural superou o urbano com participação de 32,4% da população rural total contra 15,1% ativos do total da população urbana.

Este crescimento populacional pode ser atribuído a diversificação das atividades: no plano da agricultura as culturas perenes somaram-se as culturas anuais. Em 1986 cerca de 5 milhões de pés de cafeeiro haviam sido introduzidos à revelia do já extinto IBC (Instituto Brasileiro do Café), atingindo cerca de 15 milhões de pés em 1991. A cana-de-açúcar foi bastante divulgada pela EMBRAPA/UEPAE que distribuiu uma quantidade considerável de mudas desde o km 4 até o km 100 na área do PIC Altamira, trecho Altamira - Itaituba (Celestino Filho 1994 comunicação pessoal). A pimenta-do-reino, a exemplo do café, constituía-se como uma excelente alternativa para os agricultores instalados em solos mais pobres, assim a produção manteve-se crescente até meados da década de 80⁴. Nesta década a cultura do cacau atingiu uma área superior a 30 mil hectares plantados, com a produção excedendo 20 mil toneladas.

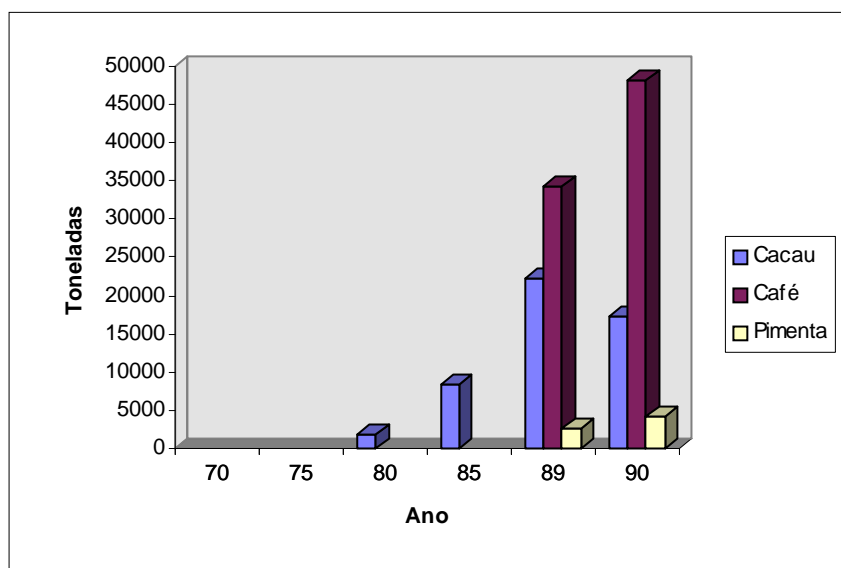
A figura 03 permite vislumbrar a importância dos cultivos perenes quando comparado ao crescimento populacional (retomar figura 02). De uma forma geral parece que a produção crescente associada a um crescimento num ritmo menor da população rural em relação a urbana, denunciam a

³ Por exemplo: o cacau na responsabilidade da CEPLAC, a pimenta a cargo da EMATER, a pesquisa sobre culturas anuais, especialmente sobre o arroz, e divulgação da cana-de-açúcar eram funções da EMBRAPA. Ao INCRA cabia coordenar todo o programa de colonização, especialmente nas questões fundiárias, e apoiar a comercialização organizando transporte e armazenamento junto a CIBRAZEM..

⁴ Infelizmente os dados disponíveis neste estudo datam de 1989 em diante, fase em que o cultivo da pimenta já assiste um ligeiro declínio face à queda nos preços e ataque da fusariose.

existência de êxodo rural. Isto é possível porque a diversificação das atividades também se fez nos outros setores da economia, por exemplo, o comércio e serviços cresceram substancialmente neste período (Anexo 2).

Fig. 03 - Evolução da produção das culturas perenes na microrregião de Altamira



Fonte: adaptado de IBGE apud Simões et al. (1996)

b) A crise conjuntural do modelo: o Estado anuncia retirada e o povo se organiza

A segunda fase do processo de ocupação humana, no início dos anos 80, marca uma recessão aparente, pois o Estado inicia sua retirada (Torres 1993), não liberando mais, em 1982, os créditos subsidiados para a produção de arroz, retirando toda estrutura de comercialização (transporte e armazenamento - os armazéns da CIBRAZEM foram fechados), reduzindo os investimentos para as infra-estruturas públicas e para os órgãos de assistência técnica e pesquisa. O preço do cacau e da pimenta que começavam a ter uma produção significativa caem e a região assiste ao abandono de vários colonos, a estrada não é mais recuperada ficando interrompida durante o período chuvoso (Hamelin 1991). Esses acontecimentos articulam-se bem com toda a dinâmica regional, pois se a população urbana cresceu substancialmente em 10 anos (75 a 85, praticamente dobrando), conforme visto anteriormente, foi devido a este momento de recessão, pois analisando o comportamento da população neste período, entre os anos 80 a 85, verifica-se que o crescimento da população urbana foi bem maior em relação a rural, traduzindo um forte movimento das pessoas em direção às cidades.

Com a saída do sistema de crédito e com as dificuldades evidenciadas para comercializar os produtos agrícolas, associados ainda ao acirramento das contradições que se processaram no campo⁵, o capital industrial e financeiro entrou em conflito com a agricultura de subsistência. Hamelin (1988) menciona que após a queda no preço a produção de pimenta é condenada pelas CEB's e pelo sindicato como "produção capitalista".

Quando há este conflito, a gestão do Estado se acha confrontada com os movimentos sociais, que por sua vez contribui para criá-los (Lêna 1992). De fato, este período (1982/83) se caracteriza por uma crise econômica conjuntural, associada a mudanças profundas e à crise de identidade dessa sociedade, que face ao abandono pelo Estado, vê-se obrigada a organizar-se para assumir suas responsabilidades

É nesse momento (da recessão) que todo o processo de organização social "ganha corpo" movimentando os princípios de vilas já existentes ao longo da rodovia⁶, fortalecendo o sindicato de trabalhadores rurais (STR) de Altamira e ao mesmo tempo incentivando a criação de outros STR's nas regiões conhecidas como Medicilândia⁷ e Uruará que mais tarde seriam elevadas à condição de município. Esse movimento obtém resultados rápidos, pois em 1983 o INCRA libera 2500 lotes de terra de 100 ha, o que permite uma não inversão do fluxo migratório. A liberação destas terras corresponde ao que se chama de 2ª colonização (até 40 km da faixa, que em boa parte foi totalmente espontânea)⁸, realizada sem a autorização do Governo. Outro aspecto importante é o reforço dos núcleos urbanos de Medicilândia e Uruará uma vez que o fato de estar na dependência do município de Altamira e Prainha, respectivamente, traziam-lhes sérias complicações nos encaminhamentos dos processos administrativos.

c) O "boom" econômico: o apogeu das culturas perenes e a expansão da ocupação humana.

A terceira fase, que se dá a partir de 85, denuncia uma rápida expansão do ponto de vista da ocupação humana e da economia. Com os altos preços da pimenta, do cacau e do café, que vigoraram de 85 a 87, a região conhece um verdadeiro "boom" econômico que incentiva um forte processo de mobilidade espacial dos agricultores para a região, estes principalmente oriundos do Nordeste, em

⁵ As contradições são de natureza social (no processo de diferenciação: relação entre patrões, meeiros e empregados; proprietários e posseiros, etc.), política e econômica, inclusive já estudadas em zonas de colonização oficial (Hébette e Acevedo 1982).

⁶ Neste momento também surgem alguns serviços básicos, como farmácia, posto de gasolina, e diversos comércios, provavelmente organizados por colonos que conseguiram algum capital na base da produção de arroz subsidiada e que face à crise optaram por diversificar suas atividades (Cf. Lêna e Silveira 1993).

⁷ Neste município, onde se concentra a maioria das terras roxas da região o Governo incentivou a produção de cana-de-açúcar criando a CIRA-PACAL, uma cooperativa para produção de açúcar e álcool, recrutando centenas de trabalhadores para o trabalho na usina e no corte da cana. Uma das manifestações mais marcantes na região, nesse período de retirada do apoio governamental, foi a "marcha do PACAL" que culminou numa grande manifestação em Brasília. O MPST (Movimento Pela Sobrevivência na Transamazônica) tem aí boa parte de sua origem apoiada pela CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) e CPT (Comissão Pastoral da Terra) que tiveram inegável participação na formação dos sindicalistas e no processo de organização social.

⁸ A 1ª colonização corresponde aos primeiros 12 km da faixa no sentido norte e sul.

particular da Bahia, apostando no futuro do cacau e da pimenta na região. O desempenho destas produções conferiu a Medicilândia e Uruará uma certa autonomia econômica que culminou nos seus desmembramentos dos municípios de Altamira e Prainha, respectivamente, em 1988, apoiados em plebiscitos realizados no ano anterior (Lèna e Silveira 1993), ou seja, o “boom” econômico facilitou também a autonomia política-administrativa.

Tomaremos a seguir o exemplo do município de Uruará para verificar o comportamento da população urbana e rural entre 1983 e 1986, ou seja, dois anos antes da alta nos preços do cacau e pimenta e dois anos onde estes preços altos vigoraram.

Quadro 01 - População urbana e rural de Uruará

| ANO | CIDADE DE URUARÁ | | MEIO RURAL | | TOTAL | |
|--------------------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|------------|--------------|
| | N.º | CRESC. ANUAL | Nº | CRESC. ANUAL | Nº | CRESC. ANUAL |
| 1983 | 1825 | | 9632 | | 11457 | |
| 1984 | 2666 | 46% | 10669 | 10,8% | 13335 | 16,4% |
| 1985 | 4561 | 70% | 12319 | 15,4% | 16870 | 26% |
| 1986 | 6147 | 35% | 14382 | 16,8% | 20529 | 21% |
| Crescimento Médio Anual | 50% | | 14,3% | | 21% | |

Fonte: SUCAM apud Hamelin (1991)

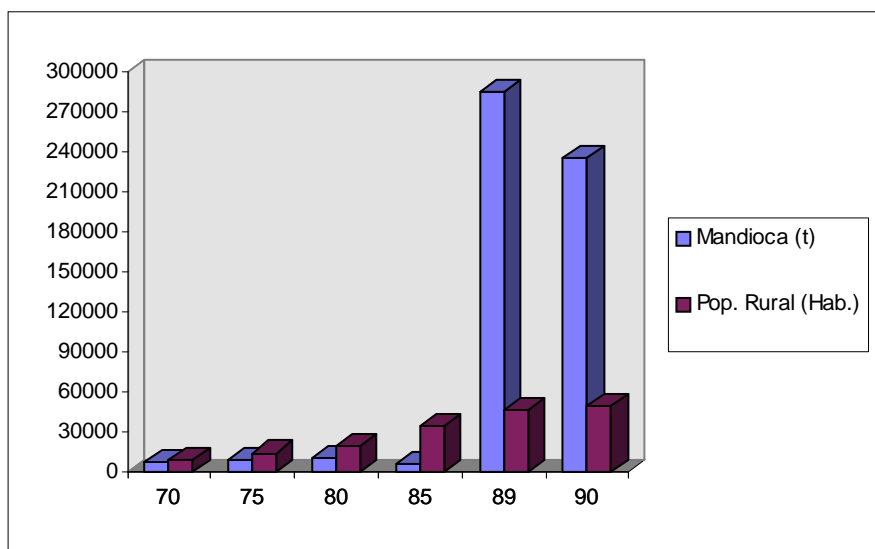
O meio rural cresceu mais nos anos 85 a 86, registrando uma taxa de 16,8% ao ano, porém num ritmo menor que o urbano que foi de 35% ao ano. Entretanto esse aumento na população rural repercutiu no aumento das áreas plantadas com culturas perenes. Os dados disponíveis indicam que entre 1983 e 1986 o número de agricultores que cultivavam pelo menos uma cultura perene passou de 24% para mais de 84%, respectivamente, tendo a área cultivada aumentado em pelo menos cinco vezes (Hamelin 1988). Este pique das culturas perenes tem sérias implicações na análise do conjunto, dentre as quais podemos distinguir as três mais importantes:

a) Traduziu-se por um aumento substancial nos preços da terra. Lotes onde predominam as culturas perenes têm em geral um preço mais alto, independente do tipo de solo ou da distância, ou seja, mesmo estando situados no terço final das vicinais (longe) eles chegam a um preço de 35 mil reais nos latossolos e podzólicos e 55 mil reais em terra roxa, sendo estes preços superiores aos alcançados por lotes situados mais próximos porém com cobertura vegetal onde predominam a mata virgem ou explorada, as pastagens e a juquirá. Lotes com cultivos perenes só têm menor valor quando comparados com os lotes estruturados (diversificado, pastos cercados, água à vontade, etc...). Admite-se então que do ponto de vista da cobertura vegetal são os cultivos perenes que determinam a valorização das terras. Interessante é verificar que a fertilidade dos solos só passa a ser importante

quando se fala em culturas perenes e/ou diversificação dos sistemas de produção. Isto se confirma observando que praticamente não há diferença de preços para lotes situados em terra roxa quando comparados com lotes situados em solos mais pobres se a cobertura vegetal é mata ou maior parte pastagem, ou ainda maior parte juquirá. Os preços da terra também variam em função das condições infra-estruturais, lotes sem água, por exemplo, têm o preço reduzido em até 52% em média, enquanto os lotes que apresentam áreas mecanizadas, ou ainda um bom percentual de áreas mecanizáveis podem ter seu preço aumentado em 30%. A existência de serviços básicos como escola e posto de saúde pode elevar o valor da terra em 20% (Simões 1996)

b) Com o aumento do valor da terra, a grande maioria dos migrantes nordestinos, desprovidos de capital suficiente, só conseguiram adquirir lotes a partir da metade das vicinais, ou seja, lotes situados em áreas de solos de média a baixa fertilidade. Deste modo poucos tiveram possibilidades de desenvolver a cultura do cacau, e passaram a cultivar culturas anuais, principalmente arroz e mandioca como forma para captar recursos para implantação do pimental e cafezal, ou ainda como forma de amenizar o custo inicial da implantação da pastagem (no caso do plantio de arroz). O resultado disso, de acordo com os dados censitários, foi um expressivo incremento na produção das culturas anuais, arroz e mandioca em particular, a partir do ano de 85 (figura 04). O milho e feijão também tiveram sua produção aumentada, porém em proporções bem menores que as culturas citadas anteriormente.

Fig. 04 - Evolução da produção de mandioca em comparação a população rural na microrregião de Altamira



Fonte: adaptado de IBGE apud Simões et al. (1996)

c) A expansão espacial foi significativa, ocorreu um intenso movimento de grupos importantes de agricultores (em muitos casos ligados por laços de parentesco, etnia e até político-partidário)⁹ nas direções norte e sul dos municípios, ocupando vários lotes que estavam ociosos, promovendo assim a crescente expansão dos travessões (estradas vicinais perpendiculares à rodovia) que atingem em média 35 km, havendo casos com mais de 100 km de distância, ou seja muito além da distância inicialmente prevista e mapeada pelo INCRA que totalizava 12 km de cada lado da rodovia.

O zoneamento preliminar realizado pela equipe do LAET em 1993 corrobora estes fatos. Após pesquisas em 20 vicinais, apontou-se que os nordestinos representam a maioria demográfica, localizando-se geralmente a partir dos 20 km nas vicinais, ao contrário dos sulistas que se situam principalmente no início das vicinais, até 10, 15 km, estando também providos de mais recursos financeiros (David et al. 1994).

Alguns agricultores aproveitaram bem todos os incentivos destinados à produção agrícola, em particular os agricultores assentados em terra roxa, que na maioria dos casos conseguiram aglutinar mais meios de produção, aumentando o capital produtivo. Enquanto isso, os posseiros que se instalavam introduziam a cultura do cacau, sem sucesso na maioria dos casos¹⁰, e da pimenta-do-reino, pois apesar destas lavouras apresentarem sinais de declínio, estas ainda constituíam a alternativa econômica para os recém-chegados, que sonhavam em captar recursos, pois o Governo mantinha o subsídio para o cacau através do FUSEC e para pimenta via PROTERRA. Além destas culturas; os

⁹ É comum encontrar a partir da metade das vicinais grupos de famílias extensas, comunidades de baianos, maranhenses, etc.. Uma vicinal, por exemplo é conhecida como “travessão do PT” (Partido dos Trabalhadores).

¹⁰ Muitos posseiros tentaram introduzir o cacau por conta própria, sem o aval da CEPLAC. Estes, entretanto, esbarraram em limitações como a fertilidade dos solos e, principalmente falta de material genético selecionado, pois as sementes eram adquiridas de outros plantios, ou seja, introduzia-se “filhos de híbridos”, portanto com alta perda de vigor

posseiros, na sua grande maioria nordestinos, como já dito anteriormente, foram os grandes responsáveis pelo impulso proporcionado à cultura do arroz e mandioca na década de 80 em diante.

d) A crise econômica e a “explosão” da pecuária

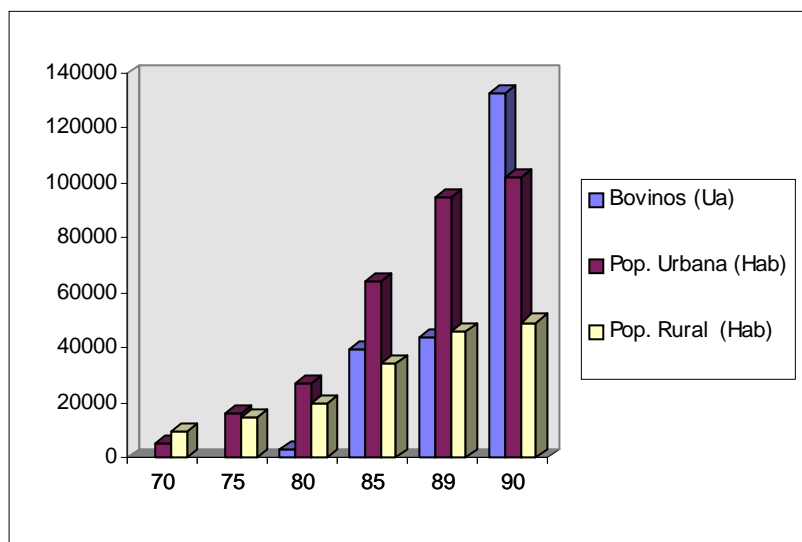
No ano seguinte ao pique (1988), os preços começam a desabar e/ou oscilar consideravelmente no mercado internacional, baixa-se a resolução do CONCEX proibindo a entrada no mercado internacional do cacau tipo II, a CEPLAC retira o fundo de apoio (FUSEC), e os problemas fitossanitários se alastram pela região - vassoura-de-bruxa no cacau e fusariose na pimenta.

A partir do ano de 88 a região Transamazônica enfrenta a recessão econômica que se prolonga até os dias atuais, face aos preços baixos das culturas perenes, que não permitem a reposição dos investimentos à manutenção e recuperação destas, e das culturas anuais cuja estrutura de comercialização não permite aos agricultores auferir renda suficiente, optando assim pela produção para o autoconsumo e venda dos excedentes. Por outro lado, após o período de “boom” das culturas perenes e aumento das produções de culturas anuais, o principal produto passou a ser o gado, cujo preço permaneceu estável no mercado, acompanhando o ritmo da galopante inflação na economia brasileira (antes do Plano Real notadamente). Com isso vários agricultores passaram a expandir suas áreas de pastagem e investir na pecuária de corte com a renda obtida das culturas perenes.

A paisagem que vinha se transformando paulatinamente após a entrada dos cultivos perenes, conhece novamente uma rápida transformação. Isto não significa que antes não havia pastagem e pecuária¹¹, o que se salienta é a “explosão” ocorrida neste período. Em termos regionais o gráfico da figura 05 mostra que em apenas um ano, de 89 a 90, o rebanho bovino praticamente triplicou enquanto que a população rural, quando comparada com o crescimento do rebanho, permaneceu estagnada e a população urbana continua a crescer. Deste modo, a partir do final da década de 80, os sistemas de produção encaram modificações estruturais, com o aumento das implantações de pastagens e expansão da pecuária de corte.

¹¹É bem conhecido o contexto da pecuarização na Amazônia estabelecido desde os anos 60 e encorajado pelos subsídios oficiais concedidos pela SUDAM. Hall (1991) expõe que a própria legislação brasileira incentivou este processo ao exigir prova de ocupação na forma de plantação de capim, com proporções de 1:1 no caso do INCRA.

Fig. 05 - Crescimento do rebanho bovino em relação a população urbana e rural na microrregião de Altamira



Fonte: adaptado de IBGE apud Simões et al (1996)

É provável também que a consolidação dos pólos urbanos, fato associado à emancipação de vários municípios ocorridos no final dos anos 80 e início dos anos 90, tenha influenciado esta dinâmica, pois a criação de novas atividades urbanas e maiores possibilidades de obter educação formal denunciam, no seu bojo, um processo de mobilidade espacial em direção às cidades, repercutindo sobre a mão-de-obra no campo. A pecuária extensiva demanda mais terra do que mão-de-obra, principalmente na fase inicial de expansão das pastagens e do rebanho, além de propiciar uma razoável produtividade do trabalho. Assim, o avanço da pecuária tende a proporcionar uma baixa densidade humana, acelerando a concentração fundiária no “seio” dos próprios agricultores familiares e dando à mão-de-obra a característica de sazonalidade, pois a força de trabalho será requisitada em momentos específicos como na construção de cercas e roço dos pastos.

Para os agricultores mais afastados do eixo da rodovia, desprovidos de recursos e sem possibilidades de obter o crédito, “(...) a busca do trabalho acessório não é uma simples opção, mas um imperativo da sua escassez de recursos, uma característica de sua condição de dependência, que o transforma, durante alguns meses do ano, num trabalhador obrigado de um vizinho abastado, de quem, na realidade, não passa de um morador ou um agregado. Por sua vez o grande proprietário tem todo interesse em que se conserve, sem quaisquer ônus para ele, em suas redondezas, um razoável contingente de camponeses pobres, de que se utiliza como viveiro de braços, e onde irá buscar para certos trabalhos ocasionais, a mão-de-obra que necessita em seu latifúndio” (Kautsky 1972 apud Guimarães 1989). “O trabalhador continua preso à sua terra, à organização familiar camponesa, e, não raramente, em suas incursões estacionais ao trabalho assalariado ou quase-assalariado, tem a pretensão

ilusória de obter, além da chegada à manutenção da família, também um pequeno produto suplementar para investir em sua exploração” (ibid.), no caso, a criação de gado.

Esta tendência a pecuarização (principalmente no sentido da extensificação dos pastos) é confirmada por Veiga et al. (1995), apontado que “94% dos produtores pensam que o investimento na pecuária, através da formação da pastagem, é uma boa alternativa para o seu empreendimento e pretendem expandir a criação”. A entrada do FNO (Fundo Constitucional do Norte) especial em 1992, resultado da luta dos trabalhadores rurais e das negociações com o Estado, reforça a predominância do componente pecuário nos sistemas de produção familiares, não visa a promoção das lavouras brancas e confere pouca atenção aos cultivos perenes (Simões 1997).

e) O refluxo da expansão ou inversão da corrente migratória

No quadro desta recessão econômica veio recentemente à tona outro fenômeno importante, conhecido como “chacarização”. Trata-se de grupos diversificados de agricultores que optaram por viver em áreas bem menores, entre 10 a 25 ha, mais próximas da faixa e/ou da cidade, garantindo com isso uma melhor vida social no que se refere ao atendimento dos serviços básicos, como transporte, educação e saúde.

Um diagnóstico recentemente realizado em 20 chácaras mostrou que 95% dos chacareiros procediam da agricultura, sendo que 45% tinham uma terra própria e 20% eram posseiros, o que significa que eles abdicaram de lotes de 100 ha mais afastados para viverem mais próximos da cidade, 20% eram meeiros e 10% se incluía na categoria de trabalhador rural (Schmitz e Castellanet 1995).

Convém salientar que todo este movimento da economia regional vem se traduzindo numa nova divisão social do trabalho, sendo que a segregação espacial das atividades permite colocar a força de trabalho dos agricultores e de seus filhos nas diferentes esferas da produção, seja na sua “(...) forma espacial, setorial ou profissional” (Gaudemar 1977), não obstante a fronteira permitir a incorporação de novas terras para o desenvolvimento do processo produtivo agrícola familiar. Pode ser verificado que vários setores da economia encontram-se mais desenvolvidos na década de 90 (Quadro 02), esses setores absorvem mão-de-obra proveniente da agricultura. Vários comerciantes, vendedores, funcionários públicos, etc., são colonos de origem e/ou são filhos de agricultores que não desejam continuar na atividade agrícola.

Quadro 02 - N.º de estabelecimentos por diferentes setores da economia, em 1992

| <i>Agropec</i> | <i>Indúst.</i> | <i>Comérc.</i> | <i>transp.</i> | <i>Ativ. Sociais</i> | <i>Adm Pública</i> | <i>Extrativ.</i> | <i>Outros</i> |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------------|--------------------|------------------|---------------|
| 30353 | 5762 | 3725 | 1453 | 4998 | 2516 | 861 | 2336 |

Fonte: IBGE apud Lopes et al. apud Simões et al. (1996)

A migração dos jovens para os pólos urbanos acentuou-se consideravelmente nesta década. Atualmente é comum encontrar pessoas vivendo da atividade agrícola e morando na cidade, eles passam os finais de semana, feriados e momentos de pique da produção nos estabelecimentos agrícolas, realizam acordos com os vizinhos para a vigia do lote, ou cedem um pequeno pedaço de

terra à família encarregada de cuidar do lote para que ela realize o seu roçado. Há vários casos de lotes, da metade em diante nas vicinais, completamente abandonados com a capoeira sendo a vegetação predominante.

3. Para não concluir: incursões acerca da relação Estado e agricultura familiar

Torna-se necessário aqui resgatarmos alguns elementos da conjuntura política em nível nacional pois a região da Transamazônica não escapa a uma ótica de observação que a define como produto social e histórico resultante da visão de desenvolvimento implementada pelo Estado na década de 70.

Através do lançamento do Programa de Integração Nacional (PIN), no Governo Médici, o ano de 1970 inaugura uma nova fase de ocupação da Amazônia, a partir da construção de estradas, de colonização dirigida para agricultura familiar e da exploração de recursos naturais, além da continuidade dos incentivos fiscais. As estradas significavam integração à economia brasileira, e possibilidades reais de desenvolvimento para a região, a partir da exploração dos seus recursos naturais (Kitamura 1994).

De fato o termo integração é incorporado como força motriz do discurso governamental, substituindo “(...) a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional dos anos 60 por uma abordagem inter-regional. Migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal entre as regiões nesta abordagem. A imagem parecia ser que era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita” (Velho 1979). A declaração do ministro da fazenda Delfim Neto é um bom exemplo do discurso do Governo (Morais et al. 1970 apud *ibid.*).

“O plano (de Integração Nacional) representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira. ...Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo País”. Complementa o ministro: “(...) a terra e o trabalho que possuímos são de certa maneira o nosso “capital”, o que precisamos fazer é não destruí-los, mas combinar e mobilizá-los”.

Complementando o PIN, lançou-se em 1971 o PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste), com vistas a tornar mais fácil a aquisição de terras, melhorar as condições de trabalho no meio rural e promover a agroindústria no Nordeste e na Amazônia. Tanto PIN como PROTERRA procuravam reorientar a estratégia anterior de desenvolvimento regional que havia dado ênfase na concentração de incentivos fiscais no setor industrial (Mahar 1978; Oliveira 1983 apud Homma 1993). Em 1972 - 74 o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) deu ênfase aos objetivos do PIN e PROTERRA e suas metas para a Amazônia, deixando implícito que a agricultura e a pecuária seriam prioridades como estratégia de desenvolvimento (*ibid.*). Ou seja, grosso modo, temos aí toda uma política de “promoção da agricultura familiar”, que no caso dos projetos de colonização oficial, a exemplo da Transamazônica,

tinha sua imagem resguardada no INCRA, principal aparelho do Estado, intitulado para muitos, no sentido figurado, como o “pai da criança”.

Todavia, o início dos anos 70 marca a derrocada do milagre econômico brasileiro (Singer 1989), sendo que um dos reflexos disso foi que o processo produtivo, também na agricultura, começou a imperrar em tantos pontos que levou a necessidade de adoção de mudanças profundas na política econômica, entre elas a ampliação e diversificação das exportações à geração de divisas.

Deste modo, no Governo Geisel (1974 -79) instala-se o II PND, cuja necessidade premente de geração de divisas para sua execução leva à formulação, em 1974, do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA)¹². Para Costa (1992) tratava-se de um “...programa de formação de infra-estrutura para áreas definidas em função do seu potencial de gerar o mais rapidamente divisas, em particular pela exploração mineral, setor que se somava, neste momento, com a grande empresa agropecuária, no fundamento de uma nova estratégia de desenvolvimento”. Havia também, nesse momento, uma demanda crescente por certos produtos no mercado mundial, o que levou o Governo a adotar um programa de diversificação das exportações agrícolas, que por sua vez, possibilitava obter uma taxa mais elevada de lucro do que na produção agrícola voltada para o mercado interno (Velho 1979; Ianni 1986).

O importante é não perder de vista o nexo proposital existente entre a política de “promoção da agricultura familiar” e o programa de diversificação das exportações, pois o capital naturalmente se convertera à produção para exportação, forçando o Governo a oferecer incentivos às empresas rurais capitalistas, onde a agricultura familiar passou a ser a única resposta para preencher o vazio no mercado interno. “Assim, a especialização em produtos de exportação criava uma escassez de alguns produtos básicos no mercado interno que poderia ser resolvida em parte pela agricultura familiar, que então ampliaria e afirmaria a vital função econômica complementar da fronteira agrícola” (Velho 1979). Ao mesmo tempo incentivou-se na fronteira agrícola, através da agricultura familiar, a produção de produtos para exportação que ocupavam lugares mais abaixo na pauta das exportações brasileiras, a exemplo do cacau e pimenta-do-reino.

As reflexões preliminares, ainda pouco amadurecidas, levam às seguintes considerações:

a) As políticas governamentais levadas a cabo, foi um fator de atração para esta área de fronteira agrícola, possibilitando inclusive a efetivação de uma segunda colonização iniciada próxima ao final da década de 70, acentuando-se em 80 a partir de movimentos espontâneos de posseiros que fugiam “aos olhos” do INCRA, deixando-o sem nenhuma possibilidade de controle. Temos então o que Ianni (1979) chama de reforma agrária espontânea.

b) Do ponto de vista econômico, o contexto histórico da região corrobora o fato que o “(...) Estado assume o papel de incentivador da produção agrícola com a finalidade de ampliar o processo de acumulação capitalista no pólo dominante da economia. (...) Para manter as possibilidades de

¹² Para uma leitura mais completa ver Castro e Hébette (1989), entre outros.

reprodução ampliada na agricultura instrumentaliza este processo através de políticas de colonização, modernização, crédito rural" (Carvalho 1982) e adoções impostas de "pacotes tecnológicos". Para isso, o Governo Federal mantém uma coerente linha de ação, aparelhando Órgãos do Ministério da Agricultura (EMBRAPA, INCRA, CEPLAC e EMATER) para centralizar e modernizar os aparelhos do Estado como condição necessária para o desenvolvimento das novas funções no setor agrícola, intervindo na agricultura através de programas específicos, assumindo os investimentos mesmo no período em que não dão lucro (ibid.). Assim o fez no início da década de 80 (no momento da recessão aparente) garantindo financiamentos via FUSEC (Fundo de apoio) e PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras) para os cultivos do cacau e pimenta, respectivamente.

c) Um dos mecanismos derivados desta estratégia econômica é que o próprio Estado, que estimula a ocupação da terra e ao mesmo tempo dificulta o acesso a propriedade da mesma tornando moroso o processo de titulação através do INCRA, cria mecanismos para "driblar" sua própria legislação para garantir a acumulação de capital. Ou seja, cria-se um fundo de apoio via CEPLAC, o FUSEC (recursos previstos no quadro do POLAMAZÔNIA) que se compromete com o banco, BASA, caso os agricultores não quitem seu financiamento, evitando-se assim a hipoteca da terra e dando oportunidades para os agricultores sem títulos, porém com o aval da CEPLAC, obterem o crédito. Aos posseiros mais pobres, o Estado garantiu a liberação de financiamentos somente para a produção de arroz até o final dos anos 70 via Banco do Brasil através do PROTERRA. Com isso o Estado mobiliza todos seus aparelhos para forçar a relação com o capital industrial-financeiro para garantir a apropriação de uma parcela significativa da renda da terra (Amin e Vergopoulos 1977) e ainda deixa a possibilidade para a apropriação da renda absoluta da terra caso a conjuntura econômica mude e os ganhos especulativos (terra como mercadoria) passem a ser maiores que os ganhos da terra quando utilizada no processo produtivo¹³. O Estado se coloca então como "testa de ferro" do capitalismo autoritário instalado nesta região de fronteira. Este aspecto é muito bem analisado por Velho (1979).

d) Como consequência, a política de colonização reflete um processo de diferenciação social no campo, na medida em que se realiza a recriação na fronteira de diferentes tipos de relações sociais de produção (posseiros, colonos, arrendatários, pequenos empresários, trabalhadores assalariados, agricultores tradicionais, agricultores aburguesados, etc) (Carvalho 1982). Isto significa que o Estado, por seu turno, também cria condições para o estabelecimento da pequena produção familiar, e conseqüentemente, espaço para a agricultura de subsistência. Hébette e Acevedo (1982) analisam cuidadosamente o papel do Estado na reprodução social numa área de colonização em Rondônia. A transposição da análise realizada por estes autores é perfeitamente correta no caso da Transamazônica, pois a diferenciação do campesinato não se processou apenas a partir do próprio campesinato, o Estado através das instituições tem aí um importante papel, uma vez que INCRA, CEPLAC e

¹³ Para o capital interessa se apropriar da renda fundiária, como a terra é um bem natural que não pode ser criado nem reproduzido pelo capital, a renda fundiária é apropriada pela apropriação do trabalho de quem produz, pois este sim (o trabalho) constitui-se numa mercadoria que pode gerar valor (Martins 1983).

EMATER elaboraram programas e selecionaram áreas e produtores à obtenção de financiamentos. O crédito bancário assume papel ainda mais decisivo no processo de diferenciação social, lembremos que historicamente Kautsky (1972) tem ressaltado a importância da circulação da moeda para a diferenciação do campesinato. Do ponto de vista das classes dominadas que se delineiam no processo de colonização, deparamos com um processo fluído. “De um lado, diferentes tipos de pequenos proprietários (posseiros e colonos com propriedade legal das terras e com diferentes níveis de integração no mercado), de outro, os trabalhadores assalariados (com maior ou menor integração nas formas já institucionalizadas de reprodução salarial), com grande mobilidade de uma categoria de trabalho para outra” (Sorj 1986).

e) A diferenciação social está também atrelada a uma diferenciação do mercado. Há o mercado que comporta as instituições (bancos, etc.) que abrem para alguns a possibilidade de obtenção de um crédito abundante, e o mercado de capitais fragmentários ou não existentes, onde “...o crédito é obtido dos senhores locais, dos comerciantes ou dos emprestadores de dinheiro a taxas de juros que refletem as circunstâncias individuais de cada transação e não uma clara condição de mercado (Ellis 1988). É o que acontece no caso do arroz vendido “na folha”, onde compra-se a produção do camponês antes da colheita a um preço inferior ao prevalecente no mercado, sendo que esta venda permite ao produtor financiar seu consumo até o momento da colheita, quando sua safra estará empenhada para este comerciante. As figuras do comerciante e do emprestador encontram-se fundidas num só personagem. “(...) Dada a própria miséria do produtores, as vezes situados a mais de 40 km dentro das vicinais, e suas necessidades vitais do crédito para sobreviver até o momento da colheita, não é difícil perceber que, nestas condições, ele não tem outra chance senão entregar-se nos braços do comerciante/usurário. Mesmo aqueles que conseguem escapar desta dependência, nela mergulham tão logo um problema de saúde - e portanto a necessidade de dinheiro - se abata sobre a família” (Abramovay, 1991). Além das necessidades familiares surgem também problemas de natureza estruturais como o conserto das pontes dentro das vicinais e dificuldade de transporte, agravando o estado de isolamento.

f) O resultado disso é que se criam várias relações de apadrinhamento, compadrio, etc. Mais tarde, esses mesmos atores, mediadores no mercado se lançam na política, e, os mesmos que representavam o Estado no quadro de uma instituição - assinando os laudos técnicos para garantir a liberação dos financiamentos - passam a ocupar um lugar no legislativo e/ou executivo. A mesma coisa acontece com os comerciantes/emprestadores, agricultores capitalizados prestadores de favores à comunidade e até com os sindicalistas que representam os movimentos sociais de esquerda. Ou seja, o Estado por si só, ao estabelecer os mecanismos que levam à formulação de diferentes mercados e à diferenciação social, reproduz as relações “clientelistas, assistencialistas, paternalistas” (Araújo 1991), revigora sua lógica autoritária e de dominação, pois agora seus representantes legítimos são aqueles aos quais os próprios produtores, mesmo não se sentindo representados, delegam o direito de falar por eles, processo derivado de um outro processo - o das trocas econômicas simbólicas (Bordieu 1987).

g) Numa situação de conjuntura político-econômica desfavorável o Estado “lança à mão” de políticas que vão ao mesmo sentido das reivindicações dos agricultores familiares, para amenizar o

confronto com as organizações desta categoria, a exemplo do FNO especial e do PRONAF¹⁴. Assim, através do FNO, o Estado garante o estímulo à produção pecuária, alivia o embate com o movimento dos trabalhadores rurais, cria condições que garantem a permanência de um certo contingente de mão-de-obra permanente ou temporária no campo para ser utilizada nos grandes empreendimentos e ainda assegura transferências para o sistema financeiro, pois considerando os critérios vigentes, que mudam dependendo da política econômica, o montante aplicado no FNO retornaria acrescidos de juros de 6% ao ano mais a variação da TJLP (taxa de juros de longo prazo) que está em torno de 16%. Significa que os agricultores têm que pagar os financiamentos a uma taxa de juros de 22% ao ano, o que se configura como um largo passo para o endividamento e conseqüente venda da propriedade. Mesmo que haja um forte êxodo rural, a política de crédito assegura que o processo de desvinculação da terra seja retardado, ou se faça paulatinamente. Assegura-se, deste modo, um largo período de carência para quitação do financiamento (Simões 1997).

A perspectiva histórica assume então papel relevante na medida que ela permite compreender a diversidade cultural, social e econômica da região, aspectos fundamentais a serem levados em conta quando se fala em desenvolvimento sustentável.

¹⁴ Seria prematuro, ao meu ver, aprofundar as discussões sobre as conseqüências e impactos deste programa na região da Transamazônica.

Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Unicamp/Anpocs, 1991.
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, R. Campo religioso e trajetórias sociais na Transamazônica. In: LÈNA, P. & OLIVEIRA, A. E. de. (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG/ORSTOM, 1991. p. 125-144.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CARVALHO, D. F. O papel do Estado no processo de diferenciação social. In: HÉBETTE, J. & ACEVEDO, R. E. *O Estado e a reprodução social: Ariquemes - Rondônia*. Belém: NAEA, 1982. p. 67-73. (Série seminários e debates).
- CASTRO, E. M. R. e HÉBETTE, J. (orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. *Cadernos do NAEA*, n.º 10. Belém: NAEA/UFPa, 1989.
- CELESTINO FILHO, P. *Comunicação pessoal*, 1994.
- COSTA, F. de A. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: SEPEQ/NAEA/UFPa, 1992.
- DAVID, B. et al. Perguntas sobre o futuro da produção agrícola: o diagnóstico-zoneamento agroecológico como retrato de Uruará. In: Conferência Municipal Uruaraense sobre Projetos Econômicos Alternativos. Uruará: Compea, 1994. p. 04-09.
- ELLIS, F. *Peasant economics: farm households and agrarian development*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- GAUDEMAR, J. P. *Mobilidade do trabalho e acumulação de capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- HALL, A. O Programa Grande Carajás: gênese e evolução. In: HÉBETTE, J. (org). *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 38-45.
- HAMELIN, P. *Du riz ao cacao sur la Transamazonienne*. Paris: Harmattan, 1988.
- HAMELIN, P. O Fracasso anunciado. In: LÈNA, P. & OLIVEIRA, A. E. de. (Org.). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG/ORSTOM, 1991. p. 161 -176.
- HÉBETTE, J. e ACEVEDO, R. E. *O Estado e a reprodução social*. Belém: UFPa/NAEA, 1982. (Série Seminários e debates).
- HOMMA, A. K. O. *Extratativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades*. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.
- IANNI, O. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979
- IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1986.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1972.
- KITAMURA, P. C. *A Amazônia e o desenvolvimento sustentável*. Brasília: Embrapa-SPI, 1994.

-
- LAET. Programa Agroecológico da Transamazônica. Altamira: LAET, 1993.(mimeo).
- LÈNA, P. & SILVEIRA, I. M. da. *Uruará: o futuro das crianças numa área de colonização*. Belém: UNAMAZ/UFPA, 1993.
- LÈNA, P. Expansion de la frontière économique, accès au marché et transformation de l'espace rural en Amazonie brésilienne. In: Cahier de sciences humaines. vol. 4, n.º 28. Paris: ORSTOM, 1992. p. 580-601.
- MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SCHMITZ, H. e CASTELLANET, C. *Intensificação da agricultura na região da Transamazônica: experiências de um levantamento nas chácaras e travessões em Uruará*. Altamira: LAET, 1995 (mimeo)
- SIMÕES, A. *Estado e agricultura familiar na estruturação do espaço econômico e político numa área de fronteira agrícola: o caso de Uruará*. Belém: UFPA/CAP/NEAF, 1997 (mimeo)
- SIMÕES, A et al. *Funções da agricultura familiar no desenvolvimento regional: o caso da Transamazônica*. Belém: UFPA/CAP/NEAF, 1996 (mimeo)
- SIMÕES, A. *Padrão de ocupação, valor e uso da terra, tendências e perspectivas à gestão dos recursos naturais na região da Transamazônica: o caso de Uruará*. Belém: UFPA/CAP/NEAF, 1996 (mimeo)
- SINGER, P. *A crise do "milagre": interpretação crítica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- TORRES, J. G. Um retrato da região. In: Relatório do seminário Pesquisa Agro-ambiental na Região da Transamazônica. Altamira: LAET/MPST, 1993. p. 8-9.
- VEIGA, J. B. da; TOURRAND, J. F. & QUANZ, D. *A pecuária na fronteira agrícola da Amazônia: o caso do município de Uruará-PA na Transamazônica*. Belém: Embrapa/CPATU; Cirad/EMVT, 1995 (mimeo).
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.

ANEXOS

Anexo 1 - Evolução da população e da produção de arroz

| <i>Ano</i> | <i>Arroz (t)</i> | <i>Pop. Rural (hab.)</i> | <i>Prod. por hab. Rural (t)</i> |
|------------|------------------|--------------------------|---------------------------------|
| 70 | 703 | 9611 | 0,07 |
| 75 | 4225 | 14755 | 0,29 |
| 80 | 6941 | 19898 | 0,35 |
| 85 | 4162 | 34606 | 0,12 |
| 89 | 33731 | 46372 | 0,73 |
| 90 | 28822 | 49314 | 0,58 |

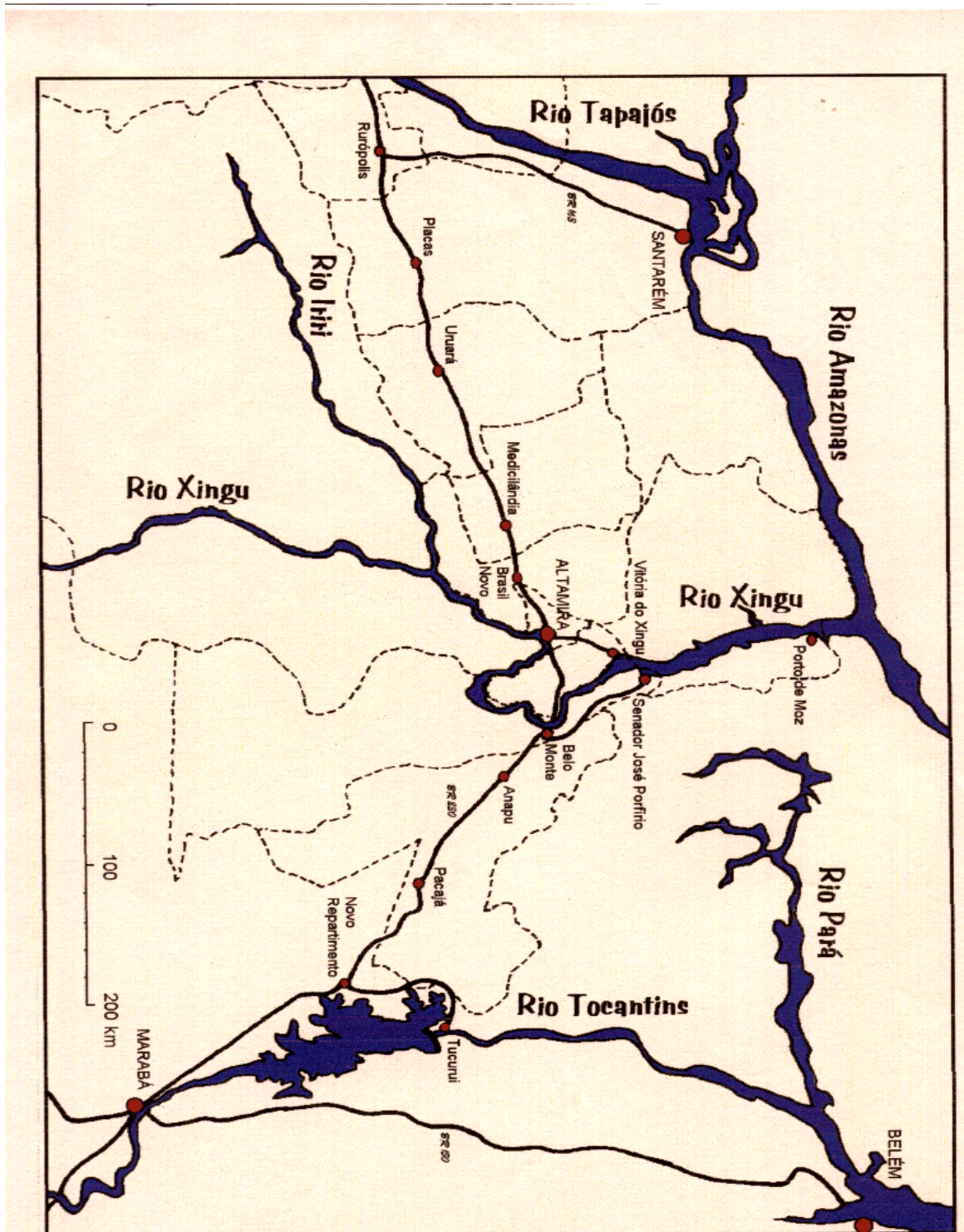
Fonte: IBGE; Lopes et al. apud Simões et al. (1996)

Anexo 2 - Mão-de-obra por setores da economia

| <i>Ano</i> | <i>Discriminação</i> | <i>N.º de trabalhadores</i> |
|------------|-------------------------|-----------------------------|
| 70 | <i>M.O. Ativa Total</i> | 5143 |
| | <i>M.O. Rural</i> | 3128 |
| | <i>M.O. Indústria</i> | 290 |
| | <i>M.O. Comércio</i> | 243 |
| | <i>M.O. Serviços</i> | 317 |
| 80 | <i>M.O. Ativa Total</i> | 13672 |
| | <i>M.O. Rural</i> | 6444 |
| | <i>M.O. Comércio</i> | 988 |
| | <i>M.O. serviços</i> | 1826 |

Fonte: IBGE apud Simões et al. (1996)

Mapa da Região do Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento do NEAF/UFPA



Fonte: LAET (1997)